

Ensino superior brasileiro. *Um momento de reflexão(*)*

Gisela Maria Schebella Souto de Moura

Mestranda em Educação — PUCRS
Professora: Escola de Enfermagem — UFRGS

O artigo oportuniza uma reflexão sobre a problemática do Ensino Superior, analisando sua excessiva valorização pela sociedade e as repercussões deste fato.

INTRODUÇÃO

O homem está constante e continuamente se educando. Essa educação ocorre tanto de maneira informal ou assistemática (família, comunidade,...) como de maneira formal e sistemática (escola). A educação formal, desde cedo, foi vista como um meio de adquirir ascensão e prestígio social. O ensino superior ocupa posição de destaque dentro deste quadro, onde o título de "doutor" passou a valer tanto quanto o de proprietário de terras.

Este trabalho pretende analisar a problemática que envolve a excessiva valorização do ensino superior pela sociedade e suas repercussões. O tema é amplo e complexo e possui uma multiplicidade de fatores envolvidos. Não é intenção esgotar a discussão sobre o assunto, mas sim proporcionar um momento de reflexão acerca do tema.

(*) Este trabalho foi apresentado à disciplina Análise da Educação Brasileira, sob a orientação da professora Lucinda Maria Lorenzoni, como requisito parcial para sua conclusão

Educação	Porto Alegre	Ano XV	nº 22	1992	p. 159-179
----------	--------------	--------	-------	------	------------

Tentando facilitar a compreensão do assunto, o estudo foi dividido em quatro momentos. Inicialmente, faz-se uma menção da trajetória do indivíduo até chegar à universidade, abordando alguns tópicos que envolvem a problemática do ensino de 1ª e 2ª graus e o vestibular. Em segundo lugar, aborda a questão universidade-sociedade, englobando as funções da universidade e a formação de profissionais e o mercado de trabalho. A seguir, apresenta-se uma investigação de opiniões sobre a universidade, realizada junto a professores e alunos universitários e membros da comunidade. E, por último, procede-se à análise dos dados coletados e sua relação com o referencial teórico.

O CAMINHO ATÉ A UNIVERSIDADE

O sistema de ensino no Brasil está organizado em graus com níveis de complexidade crescentes (1º, 2º e 3º graus). O indivíduo necessita ter frequentado com aprovação o ensino fundamental (1º grau) para poder cursar o 2º grau e este, para frequentar a universidade (3º grau). Pretende-se, neste tópico, fazer uma breve menção da caminhada do indivíduo até a universidade, pois parece difícil refletir sobre o ensino universitário sem relacioná-lo com as situações que o precederam.

A Educação na Nova Constituição Brasileira

A Educação, na Constituição promulgada em 1988, está inserida no Capítulo III — da Educação, da Cultura e do Desporto, o qual compõe o Título VIII — Da Ordem Social. A Seção I do referido Capítulo trata, especificamente, da questão da educação. Não há intenção de, neste tópico, fazer uma longa e profunda análise desta seção, mas sim de destacar alguns dos tópicos que embasam a reflexão deste estudo.

O primeiro artigo apresentado na Seção I define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família, sendo promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando

ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (art. 210). É interessante observar que a Carta Magna considera a educação como um direito de todos os indivíduos, mas a responsabilidade de promovê-la está diluída entre o Estado e a família.

O artigo 211 postula vários princípios, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e a garantia de padrão de qualidade. Cabe questionar aqui: Isso garante escola para todos? Essas escolas são de boa qualidade? Que padrão de qualidade é esse?

O Estado tem o dever de garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para aquelas pessoas que a ele não tiveram acesso na idade própria (art. 212, I). Esse mesmo artigo também prevê extensão do ensino obrigatório e gratuito, progressivamente, ao ensino médio (II) e o acesso aos níveis mais elevados do ensino segundo a capacidade de cada um (V). Faz-se necessário lembrar que cabe ao Estado não só garantir o acesso dos indivíduos à escola mas, principalmente, assegurar sua permanência nela. Está previsto o atendimento do educando no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático — escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (Constituição Brasileira, VII, art. 212). Numa primeira e impulsiva análise, isto parece fantástico e ideal mas, logo a seguir, amparada em experiências anteriores, quando a legislação previa determinada situação e na prática acontecia de outra maneira, surge a dúvida: Será que isto vai ser cumprido? Os legisladores brasileiros não teriam normatizado uma situação em belas e alegres cores, quando, na realidade prática, estas são vivenciadas em branco e preto? O povo brasileiro estaria, novamente, sendo iludido com belos discursos e com promessas que nunca serão cumpridas?

O texto constitucional sobre a educação parece, de modo geral, bem intencionado e aborda questões importantes porém, por vezes, parece um tanto vago e ambíguo. Freitag (1987) diz que é tarefa da sociedade transformá-lo em prática e que suas imperfeições serão superadas pela própria sociedade, de modo a que venha contribuir significativamente na melhoria da realidade educacional brasileira.

O Ensino de 1º e 2º grau

O homem está constante e continuamente se educando. A educação é um processo inerente à condição humana. Ela ocorre tanto no ambiente escolar como no extra-escolar.

A educação extra-escolar, também chamada espontânea ou assistemática, é desenvolvida na família e/ou na comunidade.

Para Schmitz (1984) é preciso que as pessoas adquiram certos conhecimentos e experiências para assegurar sua sobrevivência e realização na sociedade. Tal condição só será alcançada através de uma educação sistematizada, que por sua vez só é encontrada em instituições estruturadas e organizadas para esse fim: as escolas. Segundo o autor, a escola oferece formação e educação fundamental, indispensável para todas as crianças e adolescentes.

Segundo Mendes (1969), a educação brasileira, até a década de 30, estava associada à idéia de privilégio; depois de 30, tem se aproximado sempre mais da idéia de trabalho. A história da educação no Brasil mostra que, desde suas origens, a escola teve a função de ajudar a manter privilégios de classes devido ao seu caráter acadêmico — “ilustrativo”, como denomina Romanelli (1987) — incapaz de proporcionar uma preparação de mão-de-obra eficaz para o trabalho para as classes sociais menos favorecidas.

As escolas de 1º e 2º graus têm suas atividades de ensino orientadas pelos elevados objetivos da Lei que fixa as diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 4024/61) e pelos objetivos da Lei Federal 5692/71. Esta última determinava, em seu artigo 1º, o objetivo geral do ensino de 1º e 2º graus: “proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania”.

Refere Schmitz (1984) que o ensino de 1º grau é questão de sobrevivência dos indivíduos e da própria sociedade como ambiente de realização humana, porém não forma para uma profissão. O ensino de 2º grau foi criado para suprir essa necessidade de formação profissional. A partir de agora, pretende-se analisá-los isoladamente.

Como já foi abordado no item anterior, a nova Constituição prevê o ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurando igualdade de condições para acesso à escola. Cabe questionar se isso realmente vem ocorrendo. Ceccon et al. (1982) dizem que nem todos têm acesso à escola. Mencionam que os dados estatísticos brasileiros indicam que, para o Brasil, como um todo, apenas duas em cada três crianças têm realmente acesso à escola. Nas zonas rurais esse quadro é ainda mais grave, onde, apenas uma, em cada duas crianças, freqüenta a escola. No Nordeste, a situação torna-se mais alarmante, pois apenas uma criança, em cada três, consegue estudar. Logo, a escola que deveria atender a todos, na realidade, atende mais e melhor às crianças das regiões mais desenvolvidas e das grandes cidades. Além disso, os autores mostram que o índice de reprovações é muito alto, de forma que muitas crianças abandonam a escola já nas séries iniciais. Assim, apenas um aluno, em cada dez, consegue germinar o 8º ano de escolaridade obrigatório, quando a lei assegura a *todos* o direito ao ensino fundamental.

Esse "fracasso" escolar deve-se, principalmente, ao fato de a escola estar desvinculada do contexto no qual está inserida. Os modelos de educação "transplantados" de outras culturas e realidades sociais satisfazem, em parte, aos anseios de uma classe burguesa (minoría da população), porém nada representam para grande parte da população, uma vez que não atendem suas necessidades educacionais. Agrava a situação a "pseudo-democratização" do ensino — profiliação das escolas em termos quantitativos, porém com sacrifício dos aspectos qualitativos, que a improvisação criou e perpetuou — o que, de certa forma, também atingiu o ensino privado, provocando uma diminuição do seu padrão de qualidade. Pronuncia-se a esse respeito Mendes:

"... A impossibilidade de uma harmonização gerou entre a qualidade e a quantidade, rigorosamente, não a democratização da educação, mas seu aviltamento generalizado, do qual as elites procuram salvar-se, tentando descobrir novos caminhos seletivos..."(1969, p. 11)

Observa-se, portanto, que a escola está cada vez mais afastada de seu objetivo de proporcionar a formação necessária ao

desenvolvimento das potencialidades do educando. Ela está, quando muito, transmitindo conhecimentos. Sua função de desenvolver uma postura crítica e reflexiva no aluno está longe de ser alcançada. É interessante o pensamento de Moraes (1983), que diz ser necessário que assumamos com coragem o fato de que se tais absurdos acontecem é porque a sociedade o permite através da omissão dos cidadãos e educadores frente à situação. O autor diz ainda ser verdadeira a afirmação segundo a qual as instituições escolares são organismos da classe dominante, e que têm por primeira finalidade a reprodução de uma sociedade que interessa a essa classe.

O ensino fundamental, embora obrigatório, é insuficiente para as pessoas que desejam seguir uma profissão. Como foi mencionado anteriormente, o ensino de 2º grau veio suprir essa necessidade. Para Schmitz (1984), da maneira como o ensino profissionalizante se apresenta hoje, oferece a seus alunos um preparo profissional mínimo. Não chega a ser, na realidade, uma formação de técnicos, nem de profissionais. O importante neste grau de ensino é a formação pessoal, do caráter, a assimilação de conhecimentos gerais e iniciação a uma profissão, para que os indivíduos, com treinamento e/ou estudos específicos, possam tornar-se profissionais de nível intermediário.

A profissionalização é um sonho fracassado, alega Monteiro (1980). Este fracasso deve-ser a várias causas, como por exemplo: a absoluta falta de integração entre a escola e os setores de produção; a escola não consegue preparar adequadamente a mão-de-obra de nível intermediário, porque os avanços tecnológicos da indústria são muito rápidos e as máquinas educacionais muito lentas para acompanhar esses avanços; as escolas montaram cursos que não exigem aparelhamentos sofisticados e professores especializados — por exemplo, curso de secretariado — só que esse contingente profissional não foi absorvido pelo mercado.

Acredita-se que possa ser acrescentado, como fator que propiciou o insucesso do ensino profissionalizante, o preconceito existente em relação a esse ensino, geralmente procurado e freqüentado por estudantes pobres que necessitam de uma formação profissional rápida para integrarem o mercado de trabalho e auxiliarem no sustento de sua família. Romanelli (1978) acrescenta

que o passado colonial criou a ordem social escravocrata e estigmatizou o trabalho manual e as profissões técnicas. Prova disto está na baixa remuneração que o mercado oferece a esses profissionais.

Essa dissociação entre os objetivos da escola e as necessidades do setor empresarial fez com que a Lei Federal 5692/71 caísse no vazio, surgindo a Lei Federal 7044/82 que retirou a obrigatoriedade do ensino profissionalizante. A escola perde seu significado social. Ou, como diz Manfredo Berger (apud JOHANN, 1985, p. 12), "a escola continua sendo uma ilha que não conhece o continente, de onde seus visitantes provêm e para onde eles retornam." Morais (1983) também compartilha dessa idéia, dizendo que a escola tem que parar de "trair" sua comunidade, sendo necessário trazer a vida da cidade para dentro da escola e, ao mesmo tempo, levar a escola para a cidade.

O jovem profissional, formado pelo ensino médio, com um preparo deficiente, frustra-se ao não ser absorvido pelo mercado. Como conseqüência, passa a orientar sua atenção e esforços no sentido de ingressar num curso superior como uma tentativa de alcançar melhores condições de vida e garantir seu futuro.

O Vestibular

O exame vestibular é mais um dos elementos que compõem o "funil" que representa o sistema de educação brasileiro. Os resultados das médias de acertos dos vestibulandos publicados pela imprensa mostram que, anualmente, esse índice vem sofrendo uma queda. Pereira (1977) pronuncia-se a esse respeito, dizendo que esses exames têm revelado que apenas uma minoria de candidatos possui conhecimentos indispensáveis à realização, com aproveitamento, de um curso superior.

Outro aspecto que não pode ser esquecido é denunciado por Monteiro (1980) sob o título "a indústria dos cursinhos", alegando que eles vieram a desvirtuar ainda mais as finalidades da educação brasileira.

Os cursinhos pré-vestibulares não fazem parte dos sistema educacional oficial; contudo, têm sido mantidos pela sociedade

porque têm, "mascaradamente", atendido a uma necessidade desta: o preparo para o exame vestibular que é a "barreira" para o ingresso no curso superior. Parece que eles se instalaram para solucionar as falhas deixadas pelo ensino de 1º e 2º graus. Na verdade, não fornecem conhecimentos além daqueles que o ensino regular deveria fornecer ao aluno, mas ensina-lhe "dicas" e "macetes" de como responder ao exame, quais os conhecimentos necessários e quais as questões que aparecem com maior frequência. Seu interesse é puramente comercial: quanto maior o número de seus alunos aprovados, maior será a procura de estudantes no ano seguinte. Em nenhum momento esses cursinhos preparam o aluno em termos de atitudes e valores; ao contrário, eles ensinam como tirar maior vantagem naquela situação.

O próprio exame vestibular não avalia essas qualidades no candidato. Ele busca os melhores indivíduos em termos de conhecimento e qualidades intelectuais. Cabe questionar: Será que a sociedade necessita apenas de profissionais de nível superior ou necessita de profissionais de nível superior que tenham uma atitude correta, digna e honesta frente a essa mesma sociedade? Será que o caos no qual a sociedade se encontra hoje não é devido à pouca importância que tem dado aos aspectos morais e de conduta? Será que estes aspectos deveriam ser pré-requisitos para o ingresso no curso superior? Será que todos os indivíduos os possuem a ponto de justificar o avaliar-se somente o conhecimento? Ficam aqui essas dúvidas para reflexão.

Do ponto de vista social, o "cursinho" vem favorecer ainda mais as chances dos bem aquinhoados alcançarem o ensino universitário, contribuindo para aumentar as diferenças sociais. Os candidatos com melhor preparo garantem suas vagas no ensino universitário público enquanto os menos privilegiados, aos quais o ensino público deveria favorecer, sequer conseguem ingressar nele, com algumas exceções.

UNIVERSIDADE PARA QUÊ?

A universidade é uma das peças que compõem a grande engrenagem que é o sistema de ensino brasileiro e, talvez, a peça

mais cara e cobiçada por todos. Frequentemente ela tem sido valorizada de uma forma excessiva, talvez porque represente a chance de obter melhores condições de vida e ascensão social.

As Funções da Universidade

Segundo Paviani e Pozenato (1984), as primeiras universidades surgiram na Idade Média, porém não se sabe com certeza quais as causas que lhes deram origem. Sabe-se apenas que surgiram de um processo longo e complexo que teve origem na civilização greco-romana. Na Europa, as primeiras universidades surgiram nos séculos XII e XIII: Salerno (1150), Bolonha (1158) e Paris (1220).

No Brasil, as primeiras universidades surgiram no período entre 1927 e 1934 com a fundação da Universidade Nacional do Rio de Janeiro e a Universidade de São Paulo, relata Martins (1980). Inicialmente, tentaram implantar o modelo francês, buscando formar o pesquisador puro, e logo viram que a pesquisa no Brasil era um ideal muito distante e os pesquisadores formados não encontravam colocação no mercado de trabalho. Cita ainda o mesmo autor que, a partir desta constatação, implantaram-se as licenciaturas para formar professores de ensino secundário, numa tentativa de atender necessidades do mercado de trabalho. A universidade era vista como um centro de altos estudos.

Para Lemme (1988), a universidade é uma instituição na qual se ensina, transmite-se e deve-se aprender o conhecimento de mais alto nível existente até o momento. Esta responsabilidade implica que a própria universidade desenvolva uma metodologia de questionar os conhecimentos já existentes e elaborar novos conhecimentos, isto é, a necessidade de desenvolver pesquisas para manter-se na sua função. Além disso, é responsável pela formação de profissionais de grau mais elevado.

Paviani e Pozenato (1984, p. 15) dizem: "A universidade ideal tem suas funções fundamentadas no homem e na busca do saber. Só a existência humana pode dar um sentido direcional à busca do saber". Para esses autores a universidade apresenta uma multiplicidade de funções: ideal humanístico; centro e guardiã

das tradições e da cultura; instituição de pesquisa e promotora do bem social.

Giannotti (1986) diz que a universidade, além de suas três tarefas básicas — ensino, pesquisa e prestação de serviços — tem a função de sociabilidade, de adaptação dos indivíduos às regras de convivência na sociedade. Além disso, a universidade é uma das formas pela qual o país se expõe ao mundo: traduz suas experiências na linguagem da civilização da barbárie (tempos bárbaros = brutalidade do cotidiano, agruras da cidade e opacidade das relações humanas). Denuncia, também, que o desenvolvimento tecnológico tem levado a uma padronização de condutas e conhecimentos nas universidades.

No Brasil, a Lei Federal nº 5540/68 (apud Pereira, 1977, p. 90), em seu artigo 1º diz: "O ensino superior tem por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível universitário".

Observa-se, nos autores citados acima, uma convergência de opiniões quanto a duas funções básicas da universidade: o ensino e a pesquisa. Parece clara e inquestionável essa posição. O ensino pela própria tarefa de formação de profissionais; e, a pesquisa, por ser uma instituição que tem a responsabilidade de transmitir o conhecimento mais atualizado e de criar novos conhecimentos. Será que essas duas funções básicas — o ensino e a pesquisa — vêm sendo desempenhadas com eficiência e eficácia? Qual o incentivo e apoio dado pelos órgãos governamentais à pesquisa no Brasil? Se a pesquisa é pouco desenvolvida não estaria, então, comprometido o ensino, uma vez que este depende daquela? E o ensino que está sendo desenvolvido nas salas de aula é adequado à realidade brasileira?

A realidade nos mostra que a universidade, na atualidade, está mais reproduzindo conhecimentos de outras culturas do que criando e desenvolvendo seus próprios modelos. Até parece que se está "sempre correndo atrás da máquina", sempre buscando novas invenções desenvolvidas por outros países e tentando adaptar a realidade brasileira a elas. Poderia haver absurdo maior? Pode um país subdesenvolvido passar a desenvolvido sem criações próprias, sem buscar desenvolver seus próprios talentos? Ou será que aqui não existem talentos?!!

Outra função destacada foi a de prestação de serviços à sociedade. Pode-se questionar: Até que ponto a universidade está sendo "fiel" a sua comunidade, já que ela forma especialistas voltados para outras realidades? E, se esses especialistas não estão preparados para atuar na sua comunidade, estaria a universidade cumprindo seu papel social?

Giannotti diz: "A dura verdade é que nós universitários temos sido e somos, também nós, coniventes com o atraso do povo brasileiro"(1986, p. 10). Acrescenta, ainda, que observam-se as práticas deploráveis na universidade brasileira, em que os professores fazem de conta que ensinam e os alunos fazem de conta que aprendem.

A Universidade e a Sociedade

SCHMITZ (1984) diz que o ensino superior é uma necessidade da sociedade, porém, isso não quer dizer que ele deva ter características universais, quanto à clientela e à formação. Na verdade, ele se destina à formação de uma minoria de técnicos altamente especializados e a pessoas que desejam exercer uma profissão social necessária. Nenhuma sociedade sobreviveria se todos os indivíduos fossem altamente especializados: o custo dessa formação seria muito alto e o mercado de trabalho não absorveria toda essa mão-de-obra especializada.

Segundo Coutinho (1977), todo sistema educacional objetiva a criação de homens produtivos e competentes: bons médicos, engenheiros, bacharéis, administradores, aos quais chamou de elite. Refere, ainda, que elitizar confunde-se com educar, pois é através do processo educativo que se consegue subir na escala social — passar às elites.

A valorização da educação remonta à época do Brasil-Império. Sobre esse fato, relata Romanelli (1978), que a pequena camada intermediária da população, desde cedo, percebeu o valor da escola como instrumento de ascensão social. Naquela época o título de doutor valia tanto quanto o de proprietário de terras, e isto garantia prestígio social, poder político e assegurava o "status" que essa classe aspirava. Compartilha dessa mesma idéia Freitag

quando diz: "... educação sempre foi vista como "libertação" do trabalho, conquista de privilégios, acesso ao poder. A corrida pelo título expressa a prioridade dada ao "documento", é a prioridade da "forma" sobre a "formação" da personalidade, do cidadão, do profissional"(1987, p. 52). A essa situação Monteiro (1980) denominou de "mito do bacharelismo", onde passou a ter valor quem ostentasse um anel, educação centrada na valorização das aparências.

É interessante observar que a valorização excessiva do ensino superior, geralmente, é inculcada nos filhos pelos seus próprios pais. Assim, os pais melhor favorecidos economicamente tentam evitar a "queda" dos seus filhos no proletariado operário. Por outro lado, os pais que fazem parte da classe operária transferem para seus filhos suas aspirações, almejando melhores condições de vida a estes. Mas, para que o "sonho" destes pais — tanto do executivo quanto do operário — seja realizado, são necessários recursos financeiros. A partir desse pré-requisito constata-se a grande desvantagem do segundo em relação ao primeiro. O executivo consegue manter seu filho apenas estudando, custeando, inclusive, uma faculdade particular. Já o filho do operário não dispõe de igual sorte. Dificilmente conseguirá custear o ensino numa instituição privada e seu ingresso numa universidade oficial é mais difícil, pois não tendo frequentado boas escolas de 1º e 2º graus suas chances diminuem frente a vestibulandos que tiveram melhor preparo. Sua permanência na universidade também é dificultada, pois ele necessita trabalhar para ajudar no sustento de sua família e, muitas vezes, o horário da faculdade é incompatível com o do trabalho. Portanto, a renda familiar exerce forte influência neste nível de ensino.

Segundo Bertaux (1979), a "diplomação" pode ser vista como um "efeito de cisalha" que se exerce sobre a classe proletarizada: de um lado a grande massa de rejeitados (80%) que serão futuros operários, agentes de serviço, policiais, e outros. Do outro, os diplomados, executivos de nível médio e superior, professores.

Para Giannotti (1986), os estudantes buscam, na Universidade, um ofício; poucos são aqueles que pretendem ser pesquisadores. Diz que:

"...A universidade contemporânea não é um templo de saber, mas uma espécie de supermercado onde as classes médias e aqueles que nela pretendem entrar lutam por um título que lhes garanta o monopólio duma profissão ou lustros subsidiários."(p. 37)

A valorização da educação formal como forma de ascensão social e econômica leva a uma "corrida" desenfreada da população em busca de um curso superior, ou seja, de um título. Tal fato propiciou a formação de uma "indústria" de instituições de ensino superior: ouve uma proliferação rápida destas, com abertura de vários cursos, especialmente daqueles que requerem poucos investimentos tecnológicos, como Direito, por exemplo. Os cursos foram sendo formados, levando em consideração mais as conveniências da própria instituição do que as exigências do mercado de trabalho. Outro aspecto a considerar é que a exagerada busca pelo diploma provocou uma redução da qualidade deste ensino, uma vez que os alunos freqüentam as disciplinas buscando aprovação e não formação pessoal e profissional.

A Universidade e o Mercado de Trabalho

A Universidade, ao invés de ser um centro de altos estudos e de formar indivíduos altamente qualificados, passa a ser um órgão comercializador de títulos. Esses profissionais, pouco qualificados e em grande número, desencadeiam, no restrito mercado de trabalho, um aumento da oferta em relação à demanda, acarretando pouca valorização salarial. Com isto o "sonho" se desfaz. Desiludidos com a pouca recompensa salarial ou com a não colocação no mercado, estes indivíduos acabam buscando outros locais para trabalhar que, muitas vezes, nenhuma relação apresentam com sua formação básica. Observou-se tal situação, recentemente, por ocasião da abertura das inscrições para o concurso para a função de motorista da Assembléia Legislativa do Estado: foi grande o número de médicos, engenheiros, advogados, que nele se inscreveram. O salário oferecido para esta função era superior ao que muitos médicos recebiam por seus plantões, por exemplo. Além disso, certamente essa foi uma forma que aqueles profissionais viram de poder ingressar num órgão que oferece promissores sa-

lários para, posteriormente, pleitearem uma ascensão funcional interna.

Observa-se, com isso, a grande inadequação que existe entre o órgão formador de profissionais — a Universidade — e as necessidades da sociedade e o mercado de trabalho. Essa inadequação leva a inferir que a Universidade pouco está contribuindo para o desenvolvimento social e econômico. Segundo Monteiro (1980):

“...O Brasil continua a se dar ao luxo de permitir e incentivar a formação de bacharéis que nenhum retorno oferecem à economia nacional. Tudo por causa dos condicionamentos de uma formação cultural pouco voltada para o utilitarismo. Tudo por causa da falta de uma ação eficaz contra os mitos e preconceitos que dificultam a dinâmica da sociedade brasileira e geram a própria desarticulação da estrutura organizacional”.(p. 77)

Mesmo com toda essa crise de inadequação, o estudante de nível secundário continua buscando o curso superior pois, se com o curso superior seu futuro não tem boas perspectivas, piores elas serão se não o possuir, afirma o mesmo autor.

Para Johann (1985), o indivíduo encontra dificuldades antes, durante e depois do ingresso no sistema educacional formal: antes, porque muitos não conseguem sequer ingressar na escola (1º grau, 2º grau e 3º grau); durante, porque a escola se transformou num funil, eliminando os desprivilegiados economicamente, e porque o ensino é desvinculado nas necessidades sociais; depois, pelos poucos resultados que produz. Com isto, desfaz-se o mito da escolarização como único meio de realização social e gera um sentimento de desilusão educacional.

O ensino superior, além de meio de ascensão econômica, é visto, também, como uma maneira de adquirir prestígio social. No Brasil, constata-se a busca pelo título de “doutor” por parte de profissionais já economicamente bem sucedidos, como uma forma de assegurar seu prestígio social nas classes mais elevadas.

INVESTIGAÇÃO DE OPINIÕES SOBRE O TEMA

Metodologia

Foi realizado um levantamento de opiniões sobre o ensino universitário. Para tanto, optou-se por uma amostra composta por docentes universitários (grupo A), alunos universitários (grupo B) e elementos da comunidade que não se enquadram nem no primeiro e nem no segundo grupo (grupo C). Cada um destes grupos foi composto por três pessoas, escolhidas aleatoriamente, perfazendo um total de nove elementos.

A investigação foi realizada em julho de 1989. O instrumento de pesquisa utilizado para coletar as opiniões foi o questionário (em anexo).

Para efeitos de publicação em artigo, optou-se por uma descrição-síntese, para não reproduzir o detalhamento da pesquisa original, o que demandaria maior espaço gráfico e tornaria extensa e pesada a leitura.

Limitações do estudo

Antes de apresentar os dados obtidos, acredita-se ser necessário esclarecer as limitações e/ou dificuldades na investigação de opiniões.

Em primeiro lugar, o tipo de instrumento utilizado — questionário contendo um tema amplo: a universidade — oportunizou que as pessoas expressassem as mais variadas opiniões sobre o tema enfocando o(s) aspecto(s) que desejassem. Por outro lado, essa liberdade total dificultou, de certa forma, uma análise quantitativa dos dados, pois o fato de a pessoa não ter expressado sua opinião sobre um determinado aspecto não nos permite inferir se ela é contra ou favor, se acha relevante ou não. Desta forma, a análise dos dados que será apresentada destinou-se mais a averiguar a relação entre as opiniões coletadas e o referencial teórico que sustenta este estudo, do que a realizar uma avaliação quantitativa.

Dados Coletados

As opiniões coletadas junto aos três grupos que compuseram este estudo são relatadas a seguir. Tentando sintetizar sua apresentação, optou-se por realizar um relato por grupo.

No grupo A (professores), a função da universidade que apareceu com maior ênfase foi o ensino (formação de profissionais) seguido pela pesquisa e, por último, a extensão. Outro aspecto relatado com destaque neste grupo é a crise na universidade, caracterizada pela desvinculação desta com a sociedade, por docentes pouco valorizados e que não contribuem com seus melhores esforços, por um ensino pouco criativo, pela pesquisa e extensão pouco desenvolvidas e pela infra-estrutura precária.

Os docentes universitários opinam que o ensino de 1º e 2º graus, de um modo geral, é deficiente e não prepara o aluno para o ensino de 3º grau; exceto algumas escolas que oferecem um ensino com qualidade um pouco melhor. A formação técnica igualmente é deficiente, não permitindo que o aluno encerre seus estudos neste nível. Um dos professores relatou, ainda, que este ensino não tem sequer preparado o indivíduo para enfrentar os problemas mais simples da vida.

O grupo B (alunos) relatou que a universidade destina-se à formação de profissionais. Entretanto, esta formação profissional está sendo muito acadêmica e desvinculada da realidade social que existe fora da universidade. Os estudantes universitários, por sua vez, buscam este nível de ensino para alcançar melhores condições de vida, prestígio e ascensão social. Também foi mencionado que falta muito para que se tenha boas condições de ensino, o que requer educadores competentes e condições sociais adequadas. Um aluno relata que não é verdadeiro dizer que a universidade forma profissionais incompetentes, pois é necessário que haja um envolvimento e comprometimento do estudante com sua formação.

Sobre o ensino de 1º e 2º graus, dois alunos universitários manifestaram que este não prepara o indivíduo para o ensino universitário. Alegam que não oferecem um bom embasamento, não desenvolve as potencialidades do educando, as médias são baixas e os candidatos à universidade vêm-se obrigados a frequentar um cursinho pré-vestibular para se prepararem melhor.

Um dos alunos relatou que o ensino de 1º e 2º graus o preparou para o ensino universitário, entretanto não o preparou para a vida.

O grupo C (elementos da comunidade) apresentou opiniões variadas sobre a universidade: ela é importante para formação de bons profissionais; ela é importante fator de influência na sociedade; deveria ser um centro de pesquisa e de concentração e difusão do conhecimento, porém, atualmente, funciona mais como transmissora de conhecimentos. Um elemento alegou não acreditar na universidade como desencadeadora de mudanças.

Todos os elementos deste grupo salientaram a crise na universidade, citando a má qualidade do ensino e do preparo profissional, e a desconexão entre a formação de profissionais e o mercado de trabalho. Surge, ainda neste grupo, a posição de que só consegue vaga numa universidade oficial quem faz um bom 1º e 2º graus. Um dos elementos diz que ensino fundamental e médio é deficiente e que as greves agravam mais a situação. Os alunos universitários são vistos como indivíduos passivos, envolvendo-se com o curso somente o necessário para a aprovação.

Análise dos dados

As opiniões dos grupos investigados giraram, de um modo geral, em torno de três grandes tópicos.

O primeiro, refere-se às funções da universidade. Destas, a que apareceu com maior ênfase foi o ensino sem, contudo, ignorar a pesquisa e a extensão.

O segundo, diz respeito à crise por que passa a universidade, não propriamente ao aspecto econômico/financeiro, mas sim em relação a, principalmente, dois fatores:

- desconexão entre o órgão formador de profissionais (universidade) e as necessidades do organismo absorvedor dessa mão-de-obra (mercado de trabalho);
- má qualidade do ensino — situação agravada e perpetuada pelo fato de os alunos demonstrarem atitudes passivas e descomprometidas com o ensino, buscando aprovação quase que automática e almejando a um título que lhes dê prestígio e ascensão social.

E, por último, surgem as opiniões acerca do ensino de 1º e 2º graus. A maioria destas opiniões indica que o ensino fundamental e médio não prepara o indivíduo para o ensino de 3º grau.

Estas opiniões vêm ao encontro de vários aspectos abordados nos itens 2 e 3 deste estudo. A investigação realizada ilustrou e confirmou as idéias de vários autores mencionados no referencial teórico.

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ASPECTOS ABORDADOS NO ESTUDO

A valorização da educação formal, como forma de adquirir prestígio e ascensão social, é observada desde o início da história do Brasil. Tal fato é marcante, principalmente, nas classes média e baixa. O ensino superior tem posição de destaque pois, como já foi citado anteriormente, o título de "doutor" valia tanto quanto o de proprietário de terras. Por outro lado, a maneira como a educação vem sendo desenvolvida, desde seu início, tem servido como um reforço das desigualdades sociais.

O ensino de 1º grau deve oferecer uma formação básica para o indivíduo viver em sociedade. O ensino de 2º grau tentou desenvolver uma profissionalização, porém fracassou; hoje ele representa mais um prolongamento do ensino de 1º grau, tentando mais sanar as deficiências deste do que propriamente oferecer uma iniciação profissional.

A baixa remuneração oferecida a quem dispõe de formação de 1º e 2º graus faz com que os indivíduos voltem-se ao curso superior numa tentativa de alcançar melhores condições de vida. Dessa forma, a universidade passa a ser um órgão fornecedor e comercializador de títulos. Sua função de órgão pesquisador passa para um segundo plano. Atividades de extensão são "esquecidas". O ensino, que neste caso é a função principal, também é questionável quanto a sua qualidade.

O jovem que consegue freqüentar um curso superior, quando formado se depara com um grande problema: sua colocação no mercado de trabalho é difícil e a remuneração salarial não é a

desejada. Com isso o "sonho" se desfaz. A ilusão da educação como meio de ascensão social e econômica acabou. Observa-se a inadequação dos órgãos formadores com as necessidades do mercado de trabalho.

A universidade não pode ser vista num contexto isolado, mas sim como parte integrante de uma sociedade que está em crise, onde os valores sociais e morais são escassos, a população vive a incerteza e a insegurança econômica, e a educação serve como válvula de escape para uma suposta ascensão social.

Apesar de tudo, acredita-se que a universidade ainda pode resgatar seu papel social, encontrando seu lugar na sociedade, servindo como centro de criatividade, de mudança, de transformação e elevação da qualidade de vida do homem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE. **A Constituição**. Porto Alegre, Zero Hora, 03.09.88, encarte especial.
- BERTAUX, Daniel. **Destinos pessoais e estrutura de classe: para uma crítica de antroponomia política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- CECCON, Claudius et al. **A vida na escola e a escola da vida**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.
- COUTINHO, Afrânio. **Universidade, instituição crítica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- FREITAG, Bárbara. **Educação e sociedade na nova constituição brasileira**. **Educação Brasileira**, Brasília, V. 8, n. 9, p. 41-61, 2º sem., 1987.
- GIANNOTTI, José A. **A universidade em ritmo de barbárie**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JOHANN, Jorge R. **A educação e a nova república**. **Educação**. Porto Alegre, n. 9, p. 7-15, 1985.
- LEMME, Pascoal. **Memórias 3**. Cortez (INEP), 1988.
- MARTINS, Joel. **A universidade no Brasil como instituição superior: análise das condições de ensino**. **Educação**. Porto Alegre, n. 3, p. 7-28, 1980.
- MENDES, Dumerval T. **Para um balanço da educação brasileira**. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 5-12, 1969.
- MONTEIRO, José L., **Educação brasileira: mito e realidade**. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, V. 5, p. 71-86, jan./abr., 1980.
- MORAIS, Regis. **Entre a educação e a barbárie**. São Paulo: Papyrus, 1983.

- PAVIANI, Jayme, POZENATO, José C. **A universidade em debate**. 3. ed., Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
- PEREIRA, José C. Sobre os rumos do sistema educacional brasileiro. **Forum Educacional**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 87-100, out./dez., 1977.
- RIBEIRO, Darcy. **Universidade para quê?** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.
- ROMANELLI, Otaiza de O. **História da educação no Brasil**. 9. ed., Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- SCHMITZ, Egidio F. **Caminhos da universidade brasileira: filosofia do ensino superior**. Porto Alegre: Sagra, 1984.

ANEXO

Prezado Colaborador

Venho solicitar sua colaboração para a realização de um levantamento de opiniões sobre o Ensino Superior no Brasil. Gostaria que você, nas linhas abaixo, expressasse o que pensa a respeito da universidade, sua importância e valor; quais suas expectativas em relação à universidade; se ela está cumprindo sua tarefa do ponto de vista social e se está contribuindo para mudanças na sociedade; se você acha que o ensino de 1º e 2º graus prepara para o ensino universitário, etc.

Os itens acima são apenas sugestões de alguns tópicos que podem ser abordados. Você pode focar outros aspectos se quiser. Aqui você tem toda a liberdade de expressar sua opinião com franqueza e sem restrições. Sua opinião será de grande valia para mim.

Agradeço a gentileza de sua atenção e colaboração.

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....